RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM: um espaço de resistência e luta por reconhecimento legal

Ana Beatriz Amorim Garcia[1]

Helane dos Santos de Araujo[2]

Karen Danielle Ribeiro Santos[3]

Malanya Moreira Diniz[4]

Sabrina Amaral Silva[5]

RESUMO
Este artigo trata de trazer o conflito capitalismo e meio ambiente, assim como busca mostrar os marcos principais na criação das Reservas Extrativistas, além de trazer a luta por reconhecimento da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, suas dificuldades, e as atividades desenvolvidas na Resex. Na construção do presente artigo foi realizada revisão bibliográfica bem como a apreensão da temática junto à materiais audiovisuais tais como documentários e entrevistas.

Palavras-chave: Reserva, Extrativismo, Resistência.

ABSTRACT
This article deals with the conflict between capitalism and the environment, as well as showing the main milestones in the creation of Extractive Reserves, as well as bringing the struggle for recognition of the Tauá-Mirim Extractive Reserve, its difficulties, and the activities developed at Resex. In the construction of this article, a bibliographical review was carried out, as well as the apprehension of the theme along with audiovisual materials such as documentaries and interviews.

Keywords: Reserve, Extractivism, Resistance

1 INTRODUÇÃO

A degradação do meio ambiente é algo que afeta a todos e põe em risco a vida na terra, e a partir dos anos 70 as nações e órgãos internacionais começam a se

[1] Universidade Federal do Maranhão; estudante de graduação; anabeatrizamorimg@gmai.com
[2] Universidade Federal do Maranhão; estudante de graduação; helanearaujo013@gmail.com
[3] Universidade Federal do Maranhão; estudante de graduação; karen2016rbr@gmail.com
[4] Universidade Federal do Maranhão; estudante de graduação; malanyamdiniz@gmail.com
[5] Universidade Federal do Maranhão; estudante de graduação; sabrinaamaral.ufma@gmail.com

preocupar com o meio ambiente. Tendo em vista a preservação ambiental são considerados muitos mecanismos de preservação e conservação da natureza.

No Brasil as Unidades de Conservação (UC) tem início com os parques nacionais, e áreas de preservação intocadas e sem a presença humana. As Reservas Extrativistas só foram reconhecidas a partir da luta dos seringueiros. Este artigo visa em mostrar a Resex de Tauá Mirim e suas comunidades envolvidas bem como a luta pelo reconhecimento como Reserva.

A metodologia utilizada neste artigo centra-se na pesquisa bibliográfica, e ele está organizado em dois grandes itens o primeiro trata-se da relação capital e meio ambiente, e traz aspectos sobre o desenvolvimento sustentável e a criação das reservas extrativistas, o segundo item trata-se especificamente da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, seus aspectos gerais, lutas e atividades extrativistas.

2 CAPITALISMO, DESIGUALDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

2.1 Lógica do desenvolvimento sustentável e as reservas extrativistas

A preocupação com a destruição do meio ambiente surge com mais intensidade na década de 1980 através do Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, no entanto na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo em 1972 apontou a preocupação com o meio ambiente tanto que nela se produziu a Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), outro relatório anterior ao Brundtland, já apontava preocupação com o meio ambiente

> em 1972 com a publicação do estudo intitulado ‘Os Limites do Crescimento, também conhecido como Relatório *Meadows.* Neste estudo, os autores simularam a interação do homem e o meio ambiente levando em consideração o aumento populacional e o esgotamento dos recursos naturais. (SOUZA, ARMADA, 2017, p.20)

O Relatório de Brundtland, trouxe consigo além da preocupação com o meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável “é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (Nações Unidas Brasil, 2020)

O conceito de desenvolvimento sustentável não deve ser confundido com sustentabilidade uma vez que

> a contradição dos termos começa na tensão semântica entre os mais evidentes sentidos de desenvolver ("crescer", "avançar") e sustentar ("manter", "suportar") e ganha força nas associações que comumente se fazem a eles: - Desenvolvimento: economia; ser humano. – Sustentabilidade: ecologia; ambiente. (D' ANTONA, 2003, p.11)

Dessa forma o próprio conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório, e por ser um conceito amplo servir a diferentes perspectivas da sociedade ressaltando a lógica desenvolvimentista, quanto a sustentável. É necessário reforçar que o conceito de desenvolvimento sustentável difere do conceito de sustentabilidade já que

> A sustentabilidade representa uma mudança fundamental de paradigma, repensando os valores humanos, as visões políticas e as 'regras do jogo' por meio da: eficiência econômica voltada à igualdade social, dos direitos individuais para obrigações coletivas, do individualismo para comunidade, da quantidade para a qualidade, da separação para interdependência, da exclusão para a igualdade de oportunidade, do homem para a mulher, do luxo para a necessidade, da repressão para a liberdade, do hoje para o amanhã e do crescimento que beneficia poucos para um desenvolvimento humano que beneficie a todos.(ELIKINGTON, 2012, p.188 *apud* SOUZA, ARMADA, 2017, p.27-28)

Em suma a sustentabilidade não se restringe só a questão ambiental, é algo mais amplo e que envolve uma mudança societária e se opõe ao modelo de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável apesar de se mostrar como uma formula para resolver os problemas ambientais e sociais, não é suficiente para resolver os conflitos entre o capital e meio ambiente e muito menos diminuir os impactos causados ao meio ambiente, uma vez que esse conceito acaba fortalecendo o capitalismo e sua destruição, com a sua lógica desenvolvimentista.

Entretanto a lógica do desenvolvimento sustentável a partir da Conferência de Estocolmo com o Relatório Brundtland, foi abraçada pelos países principalmente os subdesenvolvidos.

Sendo assim

> Seguindo a lógica do desenvolvimento insustentável, de desenvolver é transformar a natureza, é também degradá-la (reduzí - la em algum grau); consequentemente, preservar a natureza é preservá-la localmente de ações humanas. (D' ANTONA, 2003, p.17)

Partindo dessa lógica de conservação foram criados os primeiros parques nacionais cujo o objetivo "era conservar amostras representativas de ecossistemas em decorrência da destruição ambiental gerada pelo desenvolvimento." (IBAMA, 1995 apud D'ANTONA, 2003, p.17) Esse modelo de unidade de conservação sem a presença humana permaneceu assim até que

> a progressiva incorporação do elemento humano aos debates ambientalistas favoreceu a permanência de comunidades em unidades de conservação, ocasionando mudanças como o aparecimento de novos tipos de unidades. Graças aos fóruns internacionais[...] a inclusão das sociedades tradicionais nas propostas de preservação e manejo ambiental tornou-se uma condição. (D'ANTONA, 2003, p.18)

Neste contexto de preservação ambiental, e programas que defendiam a presença humana como das comunidades tradicionais nas áreas de preservação ambiental. Surge nos anos 1985 a primeira proposta de criação das RESEX, no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros e é também nesse encontro que é fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros. No item 4 das propostas referentes a Reforma Agrária segue a proposta: "definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas assegurado seu uso pelos seringueiros" (INESC, 1986), esta reivindicação visava solucionar a questão fundiária e a proteção da floresta contras as ameaças do desmatamento.

Na esfera institucional a luta dos seringueiros

> Reserva Extrativista ganha corpo em duas instâncias: no Plano Nacional de Reforma Agrária, estando presente, especificamente, no "Projeto de Assentamento Extrativista", (PAE), conforme Portaria 627 de 30 de julho de 1987, do Incra; e, também, fazendo parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, atual Sistema Nacional de Conservação (SNUC), conforme Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, artigo 9, e Decreto 98.897, regulamentado em 30 janeiro de 1990, como uma unidade de manejo sustentável dos recursos naturais.(CUNHA, 2001, p.9)

Segundo D' Antona (2003) o conceito de desenvolvimento sustentável favoreceu a possibilidade da presença humana nas unidades de conservação o que foi fundamental para a criação da categoria, sob responsabilidade do IBAMA. As criação das primeiras reservas extrativistas ocorreram

> Por pressão da organização das comunidades[...] foram decretadas em 1990. Um outro lote ocorreu em 1992, motivado muito mais pelo contexto da Rio 92 do que pela mobilização das comunidades supostamente beneficiadas. (D'Antona, 2003, p.35)

Desde a sua criação as

> Reservas Extrativistas vêm sendo geridas pelo CNPT- Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que nasceu com a função precípua de gerenciar, executar assessorar e monitorar os programas dessa unidade de manejo sustentável, a partir das demandas das próprias populações tradicionais e em trabalho conjunto. (CUNHA, 2001, p.10)

Anos mais tarde ocorre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei 9.985 de 2000, que estabelece as diretrizes e procedimentos oficiais que possibilitam às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada a criação, implantação e gestão de unidades de conservação (UC), bem como divide as unidades em: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, o sistema dispõe também de dois modelos de Resex: as Reservas Extrativistas (RESEXs) e as Reservas Extrativistas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), sendo

> Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
>
> Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de

> gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (BRASIL, 2000, p.6-7)

Desde a criação da primeira Resex na década de 90, atualmente o Brasil conta com 90 resex entre as ambientais e marinhas, no âmbito federal, estadual e municipal. Por fim as Resex são de fundamental importância para a preservação do meio ambiente, da cultura e do modo de vida dos povos e comunidades que se encontram nessas áreas e que assumem um importante papel na conservação dos recursos naturais. E embora haja uma legislação para o reconhecimento dessas Reservas Extrativistas o processo é lento e dificultoso, como é o caso da Reserva Extrativista de Tauá Mirim que luta por reconhecimento.

3 A RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ MIRIM

No Maranhão há especificamente 9 RESEX; Cururupu, Mata Grande, Quilombo do Flexal, Marinha do Delta do Parnaíba, Itapetininga, Chapada Limpa, Ciriapó, Baía de Tubarão, Arapiranga-Tromaí reconhecidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com o intuito de proteger a população tradicional dessas áreas e todo seu aparato ambiental.

A discussão em questão é o caso da Reserva de Tauá-Mirim que possui um amplo espelho d'agua da Baia de São Marcos e vasta extensão de 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km com área rica em manguezais, remanescentes de mata amazônica em vários estágios de sucessão ecológica, nascentes e babaçuais e que luta pelo seu reconhecimento como RESEX desde o início das décadas de 90.

Com os grandes projetos de desenvolvimento em meados de 1996 a população tradicional da área que abrangem a ilha de Tauá-mirim, os povoados de Amapá, Jacamim, Embaubal, Portinho e os barros da Estiva, Coqueiro, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, Taim, Vila Maranhão sentiu-se ameaçada e promoveu um abaixo assinado para garantir seus direitos.

Entretanto, a burocracia não só tardou como não foi o suficiente, porque o laudo do IBAMA em 2007 apontou que as condições da área são favoráveis, mas não garantiu o reconhecimento para assegurar os devidos direitos. O entrave entre Estado e povo fez com que em 2015 a população tradicional se auto intitulassem como

Reserva Extrativista, afim de garantir o seu estilo de vidas, história e todo aparato ambiental.

A Reserva extrativista de Tauá mirim abrange cerca de 6 comunidades e alguns povoados, e cada um desses locais possuem características históricas e culturais singulares. Devido a isso, antes de partir para uma totalidade, é necessário compreender as particularidades e os conflitos presentes nessas comunidades com o intuito de analisar o que as fez pensar na ideia de constituir uma reserva extrativista.

O Cajueiro, que da qual é tida como uma das mais comunidades mais conhecidas dentre as demais, é um localidade quilombola e que possui traços religioso e tradicionais marcantes. Se localiza na Zona Rural II do município de São Luís do Maranhão, e trava uma árdua luta de relações de poder com a classe dominante, que exige a expropriação de cerca de 500 famílias. Tudo isso impulsionado pela construção do Terminal Portuário de São Luís, obra sob responsabilidade da empresa WPR. A comunidade enfrenta constantes ameaças de desapropriação desde 1996, momento em que houve o pedido de construção da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá – Mirim.

Além disso, compreende-se que existe na comunidade não só uma desapropriação de terras enquanto espaço físico, geográfico e sim uma desapropriação da subjetividade dos sujeitos que ali vivem e também dos que fazem parte da cultura do local, visto que a comunidade possui um sincretismo religioso com forte influência de matriz africana, uma vez que lá está localizado o terreiro mais antigo, Terreiro do Egito, no Morro do Egito, no qual a casa Fanti-Ashanti exerceu fortemente suas atividades.

O governador Flávio Dino assinou decreto que declara a área do antigo Terreiro do Egito, localizado na comunidade Cajueiro, Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Maranhão e muitos adeptos a religião continuam lutando para que a área não seja afetada, visto que o espaço é sagrado e faz parte da história religiosa daquele povo e de todas os outros terreiros que surgiram a partir dele. Recentemente, em 19 novembro de 2020 (dia da consciência negra), ocorreu uma espécie de “ mutirão” de limpeza e o reconhecimento simbólico do espaço sagrado ,com instalação de placas demarcando o local de memória e suas árvores sagradas.

A Comunidade Taim, que também faz parte da resex de Tauá Mirim, localiza-se na zona rural de São Luís, ao sudoeste da ilha, próximo ao complexo do Itaqui, as margens da Baía de São Marcos. A comunidade residente está em constante contato com a natureza e, portanto, muitas de suas atividades, como a pesca, agricultura e extrativismo vegetal dependem de conhecimentos naturais que são passados de geração em geração. Além disso, a comunidade, também quilombola, resguarda uma herança cultural e tem no Tambor de Crioula, no Festejo de São Benedito, uma de suas manifestações mais conhecidas. O local e suas riquezas são alvos de interesse para empresas que visam a exploração dos ricos recursos minerais da região, como ferro, bauxita, manganês e ouro. Os moradores resistem constantemente para que a desapropriação não ocorra por total.

Apesar de se haver uma gama de estudos sobre essas localidades e também grupos de pesquisa que abordam a temática das comunidades tradicionais, ainda existem comunidades que necessitam de uma maior visibilidade dentro do âmbito acadêmico e científico. Localidades como Limoeiro e Porto Grande, que também são parte da Resex, possuem pouquíssimas informações nos meios de pesquisa. Essas comunidades a maioria das vezes estão sempre sendo citadas em conjunto das demais, porém é necessário se observar as singularidades e contradições complexas de cada uma, para depois partir para uma totalidade. Sobre o limoeiro, cita- se apenas que este se encontra próximo à Vila Maranhão e Estiva e que o local é ricamente cercado de árvores frutíferas exóticas e o rio Limoeiro, que deu nome ao local, e que a área encontra-se no espaço de instalação do polo siderúrgico, motivo de conflitos para essa e das demais comunidades, como o Porto Grande, que também faz parte da reserva, mas que não possui um campo de pesquisa específico.

A comunidade do Rio dos Cachorros conta uma importante liderança, Dona Máxima, que desempenhou um papel muito importante na luta de resistência para defender aquele território. Ao realizar uma pesquisa, que envolvia fala dos próprios moradores, onde eles descreviam seus modos de vida e seus ancestrais. O conceito de território utilizado na pesquisa foi território como lugar de pertencimento e não aquele por vezes utilizado, principalmente pelos grandes empreendimentos de território somente como um espaço geográfico, o que ressalta a ideia de vazio demográfico defendida por eles. Através dessa pesquisa Dona Máxima conseguiu comprovar a existência da comunidade naquele território, inclusive com artefatos que

comprovam sua existência desde da época dos quilombos. A partir daí, como forma de resistência do seu modo de vida e do ambiente que os cerca, os moradores resolveram se agregarem a luta do RESEX.

Dentro desse cenário é notável a importância da universidade para essas lutas, como forma de visibilizar uma realidade tão próxima que dificilmente aparece nas grandes mídias. Destacando aqui o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) que com a participação do professor Horácio Antunes, que é engajado nessa luta e vem produzindo muito referencial teórico a respeito da RESEX. A exemplo disso, foi a 1ª edição da Feira Resex de Tauá Mirim realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no final de 2019, com um intuído de mostrar a produtividade das comunidades, a partir das vendas de hortaliças que ressaltam a agricultura familiar praticadas nas comunidades, que vai de encontro ao conceito de produção do capitalismo, que executa uma produção em massa e desconsidera a agricultura familiar.

A Ilha de Tauá Mirim é formada pelos povoados do Amapá, Embaubal, Jacamin, Portinho e Tauá Mirim, localizada ao sudoeste de São Luís separada pelo Estreito dos Coqueiros. Essas comunidades também vêm sofrendo investidas dos grandes projetos desenvolvimentista, devido a sua localização estratégica próxima ao Porto do Itaqui. Além de enfrentar diversos problemas como a falta de transporte para os estudantes que fazem a travessia e contar somente com uma escola de ensino fundamental que por diversas vezes deixa de funcionar.

4 CONCLUSÃO

A partir do presente trabalho pode-se concluir que as Reservas Extrativistas se configuram como um espaço de elementos que extrapolam o nível de defesa ambiental. Tais regiões são espaços de conservação de saberes, práticas, sociabilidades e costumes passados de geração em geração entre diversas comunidades espalhadas por todo o território brasileiro.

As tentativas constantes de apropriação desses espaços se apresentam sob a falaciosa ótica do desenvolvimento o qual esconde intensões de destruição de espaços de vivência. Dessa forma, diante dos constantes ataques sofridos, as Reservas Extrativistas, com destaque para a RESEX de Tauá Mirim, têm se engajado

nas estratégias de resistência em busca da conservação de sua própria identidade cultural, a qual está estritamente ligada ao lugar em que vive.

Diante dessa realidade, as produções voltadas para a temática se colocam como importantes instrumentos na busca pela visibilização das demandas presentes nos espaços de reserva. Por se localizarem em locais afastados das zonas urbanas, como acontece com alguns casos, a realidade de lutas não ganha os holofotes.

Visibilizar a resistência das RESEX é fundamental na busca pela manutenção de direitos e conservação da identidade dessas comunidades. A sociedade civil tem um papel fundamental para que sejam somadas forças contra o “rolo compressor” da destruição da economia neoliberal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm >. Acesso em: 10 nov. 2012.

Cunha, L. H. de O. (2001). **Reservas Extrativistas: Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade.** São Paulo: NUPAUB/USP. Disponível em: http:// nupaub.fflch.usp.br acesso: 8 dez 2020

INESC –Instituto de· Estudos Sócio-Econômicos - CGC, 00580159/0001-22 -- SCS, O, 8, B!. B, n~ 50, 49 arid., Salas 435/7 /9 Supercenter Venâncio 2000 - CEP 70.333 - Brasília - DF

Organizações das Nações Unidas Brasil – ONU. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente. Acesso em: 6 dez de 2020

SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre Souza. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. **Revista de Direito e Sustentabilidade.** v. 3, n. 2 (2017). Disponível em: http://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2437. Acesso em: 5 dez de 2020.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **Reservas Extrativistas na Amazônia Legal Brasileira.** 2003, 100, Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003

.